

**ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL
DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA INICIATIVA IIRSA
INFORME FINAL**

**PARTE A
CAPÍTULO V**

A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA SUL-AMERICANA

ÍNDICE

V.	A Integração Produtiva Sul-americana.....	V-2
V.1.	Introdução.....	V-2
V.2.	A integração sul-americana em perspectiva histórica	V-3
V.3.	A integração produtiva em perspectiva teórica	V-9
V.3.1.	Os antecedentes teóricos da integração produtiva: Friedrich List, Teoria Neoclássica da Localização e Jacob Vinner	V-10
V.3.2.	A Economia do Desenvolvimento.....	V-13
V.3.3.	O debate sobre a integração na América Latina.....	V-16
V.4.	Considerações Finais	V-20
V.5.	Bibliografia.....	V-1

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INICIATIVA IIRSA INFORME FINAL

PARTE A CAPÍTULO V

V. A Integração Produtiva Sul-americana¹

V.1. Introdução

A integração econômica entre os países da América Latina tem sido discutida desde meados do século passado. Surge, inicialmente, como resposta aos estrangulamentos vividos pelo processo de industrialização por substituição de importações na região, mas entra em ocaso com o fim do ciclo de prosperidade da chamada Era de Ouro (1945-73) e conseqüente processo de crise econômica vivida pelos países do continente no que ficou conhecido como “Crise da Dívida”.

A partir de então a economia mundial passa por significativas transformações em suas estruturas produtivas e reguladoras. Estas deram impulso para o surgimento de uma nova onda longa de crescimento e para uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), que impactaram de forma decisiva diversos países tendo como um de seus principais elementos de impacto o fenômeno da globalização.

A globalização da economia acabou trazendo novamente à tona do debate a questão da integração econômica entre os países, uma problemática de natureza multidimensional. Assim o sendo, este trabalho, tem por finalidade discutir um dos aspectos da integração econômica entre países, a questão da integração produtiva no bojo do processo de reestruturação da economia capitalista mundial. Para isto, tem-se como desiderato discutir mais especificamente o que a literatura clássica sobre o desenvolvimento econômico entende especificamente sobre a integração produtiva entre países, discussão esta que terá como pano de fundo de análise a recentemente instituída Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) – foro de caráter multisetorial, com mecanismos de coordenação de governos, instituições multilaterais e setor privado, criado por ocasião da Reunião dos Presidentes da América do Sul realizada no mês de agosto de 2000 na cidade de Brasília, e que tem como finalidade promover a integração física por

¹ Texto produzido no âmbito do projeto “Elaboração de Metodologia de Avaliação do Potencial de Integração Produtiva dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa IIRSA” por Eduardo José Monteiro da Costa, pesquisador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR/IE/Unicamp).

meio de projetos infra-estruturais (transporte, energia e telecomunicações) entre os países do continente².

Este trabalho, excetuando este breve intróito, está dividido em três partes constitutivas. A primeira procurará, de maneira muito breve, situar o debate sobre a questão da integração econômica sul-americana, chegando na recente iniciativa do IIRSA. Isto feito, a segunda parte procurará realizar um *survey* sobre a discussão teórica acerca da integração produtiva na literatura clássica do desenvolvimento econômico – passando inicialmente pelas teorias de Friedrich List, da Teoria Neoclássica da Localização e de Jacob Vinner, e se detendo mais detalhadamente na Economia do Desenvolvimento e no corpo teórico estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) –, chegando na discussão mais recente do “Novo Regionalismo”, e de como esta visão tem influenciado as ações das agências multilaterais e da própria IIRSA. Finalmente, a última parte do trabalho se deterá nas considerações finais como de praxe.

V.2.A integração sul-americana em perspectiva histórica

Antes de entrar propriamente na discussão teórica acerca da problemática da integração produtiva regional, é conveniente, como se tem em mira a questão da integração produtiva sul-americana, apresentar de forma breve a evolução histórica sobre este debate na região.

A América do Sul é um subcontinente que integra a porção meridional do continente americano. É composta por treze países e apresenta uma área geográfica bastante diversificada³, integrada por sub-regiões geográficas como a América Andina⁴, a América Platina⁵, e a porção amazônica, por exemplo, apresentando áreas escassamente povoadas formadas por florestas tropicais úmidas⁶, regiões montanhosas, regiões de serrado ou mesmo desérticas; e regiões de alta densidade econômica e populacional. Portanto, não é possível, grosso modo, se pensar na América do Sul como uma única plataforma homogênea de planejamento.

Em sua maior parte a América do Sul foi colonizada pelos povos ibéricos, Portugal e Espanha⁷, e após o complexo processo de independência acabou subdividida em diversos países. O sonho de uma América Latina integrada politicamente remonta a esta época, o famoso “sonho bolivariano” de uma única América Latina. Contudo, no processo de independência os interesses das oligarquias locais acabaram sobrepostos ao interesse de formação de um único país no continente. Isto fez com que inúmeros países surgissem a partir da independência das colônias ibéricas.

² A iniciativa da IIRSA tem por finalidade promover uma maior integração física e produtiva entre os doze países da América do Sul que participam deste projeto: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

³ Os países que compõe a América do Sul são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

⁴ A América Andina é composta pela Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

⁵ A América Platina é composta pelo sudeste brasileiro e pela Argentina, Paraguai e Uruguai.

⁶ A Região Amazônica, formada pela área de influência da maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, e compreende áreas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

⁷ A exceção fica com conta da Guiana, Guiana Francesa e Suriname que respectivamente foram colonizados pela Inglaterra, França e Holanda.

Após a independência e a sobreposição dos interesses oligárquicos locais a América do Sul acabou desenvolvendo inúmeros complexos produtivos regionais, verdadeiras “ilhas especializadas”, voltados para a exportação de produtos primários para os países que compunham o núcleo sistêmico da economia mundial, basicamente Estados Unidos e Europa⁸. Este fato, em grande parte foi consequência do caráter da colonização do continente e do fato de que no bojo do Pacto Colonial o comércio intra-regional e as comunicações entre as diversas partes das colônias terem sido terminantemente proibidas pelas metrópoles⁹.

Entretanto, é a partir do último quartel do século XIX que a América do Sul passa a desempenhar um papel mais importante no bojo da economia mundial como provedora de alimentos, insumos e matérias-primas. O processo de intensificação da Revolução Industrial em paralelo com o desenvolvimento das comunicações, com o telégrafo e com o cabo submarino, e dos meios de transportes, principalmente com as ferrovias e os navios a vapor de transporte intercontinental, gerou uma maciça transferência de capital e de recursos humanos para a América do Sul desenvolver suas atividades primário-exportadoras¹⁰.

A depressão dos anos trinta revelou os limites destes ciclos primário-exportadores. Mas, simultaneamente, a diversificação gerada pela economia primário exportadora e a própria crise mundial propiciaram a gestação de um processo de industrialização que iria se intensificar a partir dos anos cinquenta. É este processo de industrialização, inicialmente restringida e depois avançada, que fez com que paulatinamente os diversos complexos regionais independentes passassem a desenvolver conexões e complementaridades produtivas, em uma etapa de desenvolvimento voltada “para dentro”, sendo notabilizado por ser o período de industrialização por substituição de importações, no qual houve significativas mudanças nos centros dominantes de poder do continente que passaram do setor oligárquico agrícola para os emergentes segmentos urbano-industriais, sob uma crescente ingerência dos Estados nacionais.

No período posterior à Grande Depressão, o desenvolvimento de sistemas produtivos nacionais mais complexos ganha corpo no que foi denominado de Nacional Desenvolvimentismo, no qual o Estado passou a assumir a dianteira do processo frente aos capitais nacionais e estrangeiros, buscando o desenvolvimento do mercado interno destes países e o aumento da produção industrial. Para isto, o Estado desempenhou um papel fundamental na construção de todo um complexo infra-estrutural, envolvendo desde a construção de estradas, portos, ferrovias, hidrelétricas, dentre outros, para dar suporte ao desenvolvimento industrial, mas que em grande medida acabou atuando também como efeito de sinalização e empuxo para a iniciativa privada.

É neste contexto, mais especificamente nos anos cinquenta e sessenta, que a discussão sobre a integração econômica dos países latino-americanos emerge, justamente enquanto estratégia para dar um maior dinamismo a este processo de industrialização já iniciado, ao mesmo tempo em que visava garantir sua continuidade. A experiência de referência foi o

8 A colônia portuguesa escapou do processo de fragmentação graças em grande parte a transferência da família real para a colônia em função da invasão de Portugal por Napoleão. A coroa portuguesa, e depois o Império Brasileiro coibiram, muitas vezes com violência, as diversas rebeliões locais.

9 Sunkel (1998).

10 Sunkel (1998).

Plano Marshall executado para a reconstrução da Europa no pós-guerra, que acabou tornando-se exemplo para a promoção da integração e cooperação regional nos âmbitos técnicos, econômicos e financeiros em todo o mundo, a partir do esforço de integração do continente europeu com a estruturação da Comunidade Econômica Européia (CEE).

Na América Latina a questão da integração emerge com a criação já nos anos quarenta da União Pan-americana, incentivada pelos Estados Unidos, e com a criação da CEPAL que além de influenciar teoricamente e através de apoio técnico o processo de substituição de importações no continente, passou a ser a principal instituição de defesa de uma maior integração dos países na região. Posteriormente, surge o BID, instituição criada com o intuito de apoiar financeiramente o desenvolvimento dos países do continente e as iniciativas de integração.

Com o crescimento de importância da questão algumas iniciativas de integração foram elaboradas. No fim dos anos cinquenta estabeleceram-se os acordos iniciais de criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) – depois transformada na Associação Latino-americana de Integração (ALADI) –, do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), da Comunidade do Caribe (CARICOM) e do Pacto Andino. Em geral, estas iniciativas buscavam o estabelecimento de tarifas externas comuns, a padronização dos procedimentos burocráticos e a construção de uma infra-estrutura de transporte e comunicações entre os países membros dos acordos¹¹, mas que, todavia, não lograram atingir todos os objetivos pleiteados muito em função dos países envolvidos nos acordos terem considerado seus mercados domésticos enquanto um ativo estratégico, e os seus vizinhos como efetivos concorrentes em um mercado mundial de baixíssima elasticidade-renda para os seus produtos.

A discussão sobre integração econômica regional após estes impulsos iniciais sai das agendas nacionais no decorrer da década de setenta e no início dos anos oitenta em função basicamente dos acontecimentos econômicos mundiais que acabaram refletidos em graves desequilíbrios econômicos dos países latino-americanos e que acabaram repercutindo na grave crise da dívida dos anos oitenta

Sobre este período é possível afirmar que a década de 1970 representou um ponto de ruptura importante no que tange a trajetória de desenvolvimento da economia mundial. Nestes anos, a certeza de que as ondas cíclicas do desenvolvimento podiam ser controladas – como se havia acreditado no decorrer da Era de Ouro (1945-73) – foi quebrada de maneira patente em função de uma seqüência de eventos que acabou ocasionando o fim deste ciclo de prosperidade que se assentou na difusão do sistema industrial moderno: a saturação dos mercados para os bens padronizados, a queda da rentabilidade média das empresas, o fenômeno da estagflação, os choques de oferta – principalmente os dois choques do petróleo e a quebra da safra agrícola em meados da década de 1970 –, o questionamento da teoria keynesiana, o fim do sistema de Bretton Woods e a ascensão do que se chamou “movimento neoliberal”.

¹¹ No caso do Pacto Andino houve um esforço de desenvolvimento de uma política industrial e tecnológica conjunta.

Neste contexto de turbulência, o setor industrial dos países centrais buscou de toda forma reverter a queda na taxa de crescimento¹². Para isto agiu em duas frentes. Primeiramente, por intermédio das diversas organizações multilaterais e de seus governos nacionais, buscou uma crescente abertura comercial, inicialmente dos países avançados e posteriormente das economias subdesenvolvidas, com o objetivo de criar novos mercados para os seus produtos. *Pari passu* buscou implementar inúmeras transformações na matriz produtivo-tecnológica, gestando importantes inovações nos campos da informática e das telecomunicações, que unidas no que usualmente passou-se a denominar de telemática extravasaram para outras áreas de domínio conexo – biotecnologia, química fina, robótica, novos materiais, fibras óticas, nanotecnologia etc. –, dando um novo impulso para a acumulação ao abrir novas “janelas de oportunidades” de amplitudes temporais e multidimensionais.

Estas inovações tecnológicas acabaram servindo de propulsores de uma nova onda longa de crescimento que, para muitos, abriu espaço para uma produção mais flexível, denominada de “Padrão de Acumulação Pós-Fordista” ou “Regime de Acumulação Flexível”, cuja expressão fenomênica acaba por manifestar-se, fundamentalmente, em aglomerações de pequenas e médias empresas baseadas em uma forte institucionalidade intra-aglomerado mediadora do binômio cooperação-competição; plantas multipropósito; tecnologias de informação e comunicação; e, numa nova capacidade funcional, definida pela agilidade das empresas em modular as tarefas de seus empregados, em decorrência de alterações do volume e da composição da demanda, da tecnologia ou da política de marketing, requerendo destes elevada qualificação, polivalência e mobilidade geográfica. Constituiu-se, portanto, numa estratégia de produção fundamentada em permanente inovação, capaz de acomodar incessantes mudanças no ambiente de mercado, mais do que um esforço para controlá-lo¹³.

Paralelamente ao surgimento deste novo regime de acumulação, um novo modo de regulação foi paulatinamente construído, assentado no surgimento de um novo consenso que condicionou a ascensão de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). No bojo desta NOEI, o fenômeno da globalização acaba manifestando-se como um de seus principais elementos condicionantes. A globalização emerge enquanto fenômeno aparente já na década de 1980 quando começa um amplo processo de densificação de redes mundiais, tanto mercantis, quanto financeiras e produtivas. A telemática e a diminuição dos custos de transporte, aliados com a decisão política da abertura comercial e da desregulação dos sistemas bancários e dos mercados de capitais, interligou em tempo real os mercados

¹² Para se ter uma idéia, de acordo com Piore e Sabel (1984: 177), a taxa de crescimento industrial caiu no período de 1965/70 para 1970/75 respectivamente nos seguintes países: EUA (de 2% para 1,4%), Japão (de 10,5% para 3,4%), Alemanha Ocidental (de 3,7% para 1,6%), França (de 4,4% para 3,2%), Itália (de 5,2% para 1,6%), e Reino Unido (de 2,2% para 1,6%). A exceção se deu com alguns dos países subdesenvolvidos que mantiveram taxas significativas de crescimento aproveitando algumas “janelas de oportunidades”, como os elevados preços do petróleo; a captura de uma parte dos mercados dos países desenvolvidos em função dos baixos salários, principalmente nos setores têxteis, “garments” e componentes eletrônicos (Sudeste Asiático); e outras economias aproveitaram a disponibilidade de capitais nos mercados internacionais, os petrodólares, e fizeram vultosas captações de recursos (caso do Brasil).

¹³ Piore e Sabel (1984; 1990), Boyer (1986), Vázquez Barquero (1998), Pyke e Sengenberger (1993) e Castells e Hall (1993).

financeiros, os sistemas comerciais e os sistemas produtivos em uma rede diuturna¹⁴. Em consequência disto, as influências de acontecimentos, decisões e atividades numa parte do globo passaram a ter consequências muito mais significativas para indivíduos e coletividades em lugares distantes¹⁵.

Este processo, que é um processo de integração dos mercados domésticos, no contexto de estruturação de um amplo mercado mundial integrado, pode ser decomposto, para efeito de análise, em três partes constitutivas: a globalização comercial que é a integração dos mercados nacionais através do comércio internacional; a globalização financeira que é a integração dos mercados financeiros nacionais em um grande mercado financeiro internacional; e a globalização produtiva que é o processo de integração das estruturas produtivas domésticas em uma estrutura produtiva internacional¹⁶.

No específico ao processo de integração produtiva entre países é possível afirmar que este acaba sendo parte constitutiva do processo de globalização produtiva, desencadeada pelas significativas alterações nos mix das plantas industriais, influenciando o fenômeno da desintegração vertical e integrações horizontais das empresas, que passaram a buscar maiores competências específicas, flexibilidade/adaptabilidade, otimização dos processos e redução de custos produtivos¹⁷. Entrementes, não é apenas por mero acaso que a partir da segunda metade da década de oitenta a discussão sobre a temática da integração econômica latino-americana passa a ganhar cada vez mais espaço nos meios de comunicação e nos debates políticos, econômicos e acadêmicos.

No campo específico das políticas governamentais, os governos nacionais com o objetivo de fortalecer as suas economias e criar mecanismos de inserção competitiva no mercado mundial começam a aprofundar o debate sobre a formação de blocos econômicos regionais, buscando por meio da integração econômica enfrentar os novos desafios impostos pela globalização. Prova disto são os inúmeros estudos e documentos produzidos e as inúmeras iniciativas sugeridas de modo a dar cabo deste importante e complexo problema.

A compreensão de que o tamanho do setor exportador no conjunto da economia não é a única determinante do grau ou da qualidade da inserção externa é, da mesma forma, crescente. Parte do processo tem sido cada vez mais creditado ao modo como o setor exportador articula a economia interna contribuindo para uma maior homogeneidade estrutural e aumento do progresso técnico, gerando como consequência uma maior eficiência produtiva desta economia. Assim, tem sido crescente o entendimento de que ao lado dos incentivos que devem ser dados aos setores exportadores é necessário o desenvolvimento de um conjunto de políticas que permitam o desenvolvimento dos encadeamentos produtivos complementares entres os países da região. É, portanto, este período iniciado no fim do século passado – chamado na literatura corrente de “novo período de integração econômica regional” – que tem dado impulso para novas discussões acerca do debate da integração regional latino-americana, e que a CEPAL tem denominado

¹⁴ Batista Júnior (2002: 9), Lessa (1999: 35) e Fiori (1995: 14).

¹⁵ McGrow (1992: 23).

¹⁶ Prado (2000: 4).

¹⁷ Conforme Prado (2000): “O processo de globalização produtiva dá-se (i) pelo investimento direto internacional e a reinversão dos lucros desses investimentos, (ii) pela difusão de padrões tecnológicos e modelos de organização industrial, e (iii) pela internacionalização das estruturas de mercado e da competição empresarial”.

de “período de regionalismo aberto”, pautado por duas características principais, uma forte redução no grau de proteção tarifária e crescimento expressivo do comércio com outras regiões do mundo, balizadas principalmente por diversos acordos bilaterais e pelas negociações multilaterais de liberalização comercial; e pelo crescimento significativo dos fluxos comerciais intra-regionais, o que aumentou a complementaridade produtiva e a interdependência dos países da região, muito em função do novo impulso dado a iniciativas como o Pacto Andino, o MCCA e o CARICOM, e as novas iniciativas de integração econômica na América Latina: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), e a recente IIRSA¹⁸.

No específico a esta última, há uma distinção importante a ser feita, pois não se trata apenas de um projeto de aprofundamento das relações comerciais, em geral foco principal das outras experiências regionais de integração. A IIRSA, estabelecida no ano de 2000 – seguindo o exemplo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID’s) elaborados no projeto de governo Brasil em Ação e depois reformulados no Avanço Brasil, só que para os países da América do Sul –, objetiva buscar o aprofundamento da integração dos países da região, indo além da esfera eminentemente comercial para a física e produtiva, principalmente através do desenvolvimento de projetos infra-estruturais capazes de gerarem a possibilidade do adensamento das cadeias produtivas regionais, a complementaridade produtiva entre os países, a maior agregação de valor aos produtos da região e novas oportunidades de investimentos viabilizados a partir das novas inversões em infraestrutura¹⁹.

Seus princípios norteadores são às idéias de que: a América do Sul pode ser concebida como um espaço geo-econômico integrado, sendo para isto fundamental a redução das barreiras internas a integração econômica; é possível estruturar franjas multinacionais que concentrem fluxos atuais e potenciais a partir de eixos intracontinentais promovendo o acesso a novos mercados tanto intra-regionais como extra-regionais, sendo para isto necessário a identificação de um elenco mínimo de projetos infra-estruturais nas áreas de transportes, energia e telecomunicações que devem ser executados; o setor privado deve ser estimulado a participar do processo garantindo uma melhor institucionalidade e maior participação da sociedade, sendo para isto necessário a criação das condições necessárias para que os diversos agentes públicos e privados interajam no processo; é possível o aumento do valor agregado daquilo que é produzido na região, sendo para isto necessário a reorientação das cadeias produtivas regionais de modo a incorporarem novas tecnologias; é possível, através das novas tecnologias, reduzir as barreiras de tempo e espaço no âmbito do setor produtivo regional, sendo para isto fundamental superar as barreiras geográficas e operativas de modo a aproximar a economia dos países sul-americanos das áreas mais dinâmicas da economia mundial; é necessária a compatibilização das regras que regem e orientam a atuação do setor privado, sendo para isto importante a homogeneização dos aparatos institucionais e a facilitação do diálogo entre as autoridades reguladoras e de planejamento dos países da região; e, finalmente, os setores público e privado têm de se associarem estrategicamente para o financiamento de projetos e para a construção de um

¹⁸ É importante ressaltar que as antigas iniciativas da ALADI e da ALALC perdem força ante a estruturação dos acordos do MERCOSUL e do NAFTA.

¹⁹ A IIRSA é apoiada pela Cooperação Andina de Fomento (CAF), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

ambiente adequado para a participação do setor privado no processo de desenvolvimento, sendo para isto importante que se estreitem os diálogos entre os agentes públicos e privados.

O pressuposto básico adotado é que o desenvolvimento na região da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações capazes de rearticular os territórios intra-regionais a partir dos eixos intracontinentais pode gerar um efeito sinérgico e um ciclo virtuoso a partir da superação dos entraves físico-geográficos que impedem o adensamento da integração econômica dos países e o intercâmbio de bens, pessoas e informações. Assim, dez EID's foram elaborados para a América do Sul²⁰ ao lado de seis processos setoriais de integração²¹.

V.3.A integração produtiva em perspectiva teórica

A integração produtiva regional acontece quando há além de um processo continuado de adensamento dos fluxos comerciais intra e interindustriais dentro da região objeto de análise – podendo ser uma região intranacional ou supranacional²² -, um processo de livre circulação dos fatores produtivos. Este adensamento comercial, resultado do processo de formação de um mercado regional preferencial e mais amplo, muitas vezes acaba sendo reflexo de investimentos intra-regionais setoriais cruzados que busquem agregação de valor, complementaridades produtivas e novas oportunidades no comércio mundial, ou mesmo reflexo apenas de complementaridades derivadas de especializações produtivas advindas de dotações especiais de fatores ou da perspectiva de aproveitamento de economias de escala.

Quando há, portanto, a complementaridade produtiva entre nações, as cadeias produtivas passam a ser desenvolvidas em um contexto supranacional com os seus elos desenvolvidos em regiões de países diferentes. Estes encadeamentos inter e intra-setoriais acabam promovendo uma otimização do processo produtivo derivado principalmente da diminuição dos preços dos insumos e da ampliação do mercado. É óbvio que a integração produtiva é um processo de aprofundamento do processo de integração econômica regional. Mas, para que esta integração possa ocorrer é necessário antes de tudo que os entraves de natureza física, burocrática e institucional diminuam.

A questão específica da integração produtiva vinha sendo tratada apenas marginalmente dentro do contexto da discussão a cerca da integração econômica regional, que sempre priorizou a questão da integração comercial. Somente após a criação da IIRSA a temática sobre a questão da integração produtiva vem ascendendo no debate e ganhando espaço próprio de discussão. Contudo, ainda é um tema muito pouco explorado. Assim, pretende-

²⁰ São os seguintes os EID's elaborados pelo IIRSA para a América do Sul: Eixo Andino, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo de Capricórnio, Eixo MERCOSUL-Chile, Eixo Andino do Sul, Eixo do Escudo Guianense, Eixo do Amazonas, Eixo Interoceânico Central, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, e Eixo do Sul.

²¹ No contexto do projeto seis processos setoriais de integração foram selecionados: sistemas operacionais de transporte multimodal, sistemas operacionais de transporte aéreo, facilidades para cruzar fronteiras, harmonização de políticas regulatórias de Internet, instrumentos de financiamento de integração física regional e marcos normativos de mercados energéticos regionais.

²² Utiliza-se aqui o conceito de região-planejamento. A região planejamento pode ser intranacional quando se trata de uma região inteiramente pertencente a um Estado nacional. Já uma região-planejamento é tida como supranacional quando o seu espaço geográfico transcende as fronteiras de dois ou mais Estados nação.

se neste item realizar um survey sobre a discussão teórica acerca da integração produtiva na literatura clássica do desenvolvimento econômico – passando inicialmente pelas teorias de Friedrich List, da Teoria Neoclássica da Localização e de Jacob Vinner, e se detendo mais detalhadamente na Economia do Desenvolvimento e no corpo teórico estruturalista da CEPAL –, chegando na discussão mais recente do “Novo Regionalismo”.

V.3.1. Os antecedentes teóricos da integração produtiva: Friedrich List, Teoria Neoclássica da Localização e Jacob Vinner

A primeira menção a respeito da importância da integração territorial para o desenvolvimento econômico é feita na década de 1840 pelo economista alemão Friedrich List. Para List a formação de um sistema produtivo nacional eficiente era determinada entre outros fatores pela dotação de um território adequado para o pleno desenvolvimento de suas indústrias nascentes, o que muitas vezes poderia ser construído a partir de uniões alfandegárias. O argumento de List era simples, as indústrias nascentes não teriam condições, no momento inicial, de competirem em pé de igualdade com as indústrias já plenamente estabelecidas de outros países em decorrência de questões tecnológicas ou economias de escala. Como solução, estas indústrias deveriam ser protegidas por barreiras alfandegárias até que tivessem plenamente desenvolvidas e em condições de competirem com as indústrias estrangeiras²³.

Outro alemão Johann Heinrich Von Thünen, ainda no século XIX, preocupado com a questão da localização produtiva elabora estudo que pretendia explicar o padrão de localização e as especializações sub-regionais agrárias da Alemanha através de um modelo que adotou como pressuposto uma região agrícola homogênea e isótropa com um nucleamento urbano em regime concorrencial. Na sua tese o fenômeno decorria da combinação da produtividade física da terra, da distância dos produtores em relação ao mercado e dos custos de transporte. Estes acabavam por determinar os “Anéis de Von Thünen”, patenteando uma forma de especialização agrícola otimizadora, em círculos concêntricos, em torno do campo gravitacional da área urbana²⁴, minimizando o custo total de produzir e transportar, expressando, desta forma, leis naturais na evolução das estruturas econômicas²⁵.

O estudo seminal de Von Thünen inaugurou um corpo teórico denominado de Teoria Neoclássica da Localização – da qual fizeram parte além do próprio Von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller, August Lösch e Walter Isard – que passou a se preocupar com dispersão geográfica da produção industrial a partir fundamentalmente da questão da localização industrial através da minimização dos custos operacionais e dos custos de

²³ A argumentação de List serviu de base para o fim das inúmeras barreiras aduaneiras entres os vários estados alemães, num processo que ficou conhecido como Zollverien.

²⁴ O modelo de Von Thünen possui os seguintes pressupostos: não existem acidentes geográficos (planície); de qualquer ponto do anel é garantido um acesso fácil ao centro urbano; todo solo é fértil, portanto, a produtividade da terra, é um dado; a função de produção tem rendimentos fixos (não há modificação do progresso técnico); há oferta ilimitada de mão-de-obra (preços fixos de salários, bens e insumos); o custo do transporte é uniforme de acordo com a distância; e o preço é uniforme para cada produto.

²⁵ Krugman et alli (2002) afirmou que este é o melhor exemplo do “Teorema da Mão Invisível”.

transporte das matérias-primas e do produto final até o mercado consumidor²⁶. Assim, de forma análoga às ciências exatas, buscou-se incorporar, à teoria da localização, figuras geométricas que espelhassem o comportamento dos agentes econômicos no espaço geográfico²⁷.

Seguindo esta tradição em 1909 Alfred Weber estudou a localização geográfica industrial a partir, fundamentalmente, dos custos de transporte da matéria-prima e dos produtos acabados, através de seu modelo de triângulo locacional, em função da localização daquelas (matérias-primas) e dos mercados consumidores, do mercado de trabalho e das forças de aglomeração. Este, certamente, é um dos modelos mais representativos das Teorias de Localização de Mínimo Custo. Assim, fundamentado na teoria do equilíbrio parcial de caráter estático, que pressupunha um mercado concorrencial, a localização da indústria ocorreria no ponto de equilíbrio de forças capaz de tornar mínimo o custo de transporte²⁸.

Walter Christaller, na década de 1930, através de seu trabalho Lugares Centrais no Sul da Alemanha, desenvolveu, por meio de um ferramental matemático, utilizando formas geométricas, a questão da centralidade das áreas urbanas, explicando os determinantes da concentração urbana e a formação de uma hierarquia de cidades interdependentes, formada esta, naturalmente, pelos fluxos produtivos e serviços especializados. Sua teoria acabou sendo a base da teoria dos lugares centrais, na qual existia uma rede integrada e hierarquizada de núcleos urbanos. Em sua abordagem, o conceito de distância geográfica foi substituído pelo de distância econômica, levando em conta os custos de frete e seguro, embalagem, armazenagem e tempo necessário, no caso de mercadorias, ou custo de transporte, tempo de viagem e desconforto no caso de passageiros. É notória a influência exercida na disposição geográfica dos lugares centrais pelos obstáculos geográficos e pela infra-estrutura econômica, havendo uma relação direta entre a centralidade e o tamanho da área de mercado. Ou seja, quanto maior for a centralidade do produto, maior, conseqüentemente, será a sua área de mercado.

Por sua vez, August Lösch também realizou estudos na década de 1930, arquitetando a sua Teoria da Organização das Regiões, que se constituiu num aperfeiçoamento do modelo de Weber, considerando unicamente o aspecto econômico fundamentado na Teoria da Concorrência Monopolística. Lösch pautava-se, basicamente, na identificação da localização capaz de otimizar os lucros, através de um modelo de equilíbrio geral do espaço. Lösch notabilizou-se pela teoria sobre sistemas de cidades, na qual as atividades

²⁶ Este corpo teórico foi desenvolvido principalmente a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

²⁷ Para uma análise das teorias neoclássicas de localização é indicada, à guisa de introdução, a leitura de Clemente e Higachi (2000), e, para um nível mais detalhado, Ferreira (1989a; 1989b) e Krugman et alli. (2002).

²⁸ O modelo analítico desenvolvido por Weber pressupunha que os custos de transporte eram função do peso específico do produto e das distâncias percorridas; a localização dos pontos de consumo e a intensidade da demanda eram dadas (demanda perfeitamente elástica); a localização dos depósitos de matérias primas eram dadas, sendo a oferta perfeitamente elástica; os locais onde a mão-de-obra se encontrava disponível eram dados, sendo a oferta ilimitada a uma determinada taxa de salário; havia concorrência perfeita; e o progresso técnico era estático (coeficientes fixos de produção).

econômicas acabariam por se localizar no centro das áreas de mercado, por suposto hexagonais e uniformes no espaço geográfico, combinando escala e custo de transporte²⁹.

Walter Cristaller faz uma significativa contribuição ao conceito de centralidade dos nucleamentos urbanos explicando a concentração urbana em função da natureza e das características produtivas de atividades exigentes em escala e consumo simultâneo à produção, mormente os serviços. O autor afirmou que a localização industrial ocorreria de forma concentrada devido às economias de escala, capazes de proporcionar um custo unitário mais baixo para a produção concentrada. Contudo, a concentração total não ocorreria em função do custo de transporte que se tornasse proibitivo a algumas áreas. O grau de concentração dependeria da interação entre os fatores supra.

O modelo construído por Walter Isard é, ao cabo de contas, um aperfeiçoamento do esquema elaborado por Weber, essencialmente porque também adotou o custo de transporte, em função da distância, como a principal explicação para a escolha da localização e para a configuração espacial das atividades econômicas. Isard introduziu a substituição dos fatores na análise dos custos, classificou os fatores locais segundo outros custos de transferência, outros custos de produção, economias de aglomeração e desaglomeração, enfatizando, principalmente, os primeiros. Ao incorporar a demanda, analisou áreas de mercado e variações espaciais da receita, organizando, assim, um modelo geral que procurava integrar a teoria da localização com a Teoria Neoclássica da Produção.

A Teoria Neoclássica da Localização, indiscutivelmente, em seus primórdios e desdobramentos posteriores, forneceu um elenco variado de indicativos importantes para a análise do uso da terra e a formação e evolução das concentrações urbanas, ademais de proporcionar uma visão convincente (embora simples) da economia, como um sistema urbano hierarquizado, servindo durante muito tempo, apesar das inúmeras deficiências frisadas pelos críticos³⁰, como um parâmetro para o planejamento regional.

Entretanto, no seio da economia ortodoxa é na hipótese do second best formulada por Jacob Vinner³¹ na década de 1950 que pela primeira vez aparece uma discussão acerca da problemática da integração regional. A formulação teórica desenvolvida por Jacob Vinner, elaborada nos cânones da economia neoclássica, procurava demonstrar que a integração econômica entre países gera uma melhora da eficiência econômica justamente por facilitar a mobilidade dos fatores de produção e uma otimização produtiva advinda: do

²⁹ Lösch supôs o espaço constituído de uma planície homogênea e isótropa, não havendo diferenças de renda ou de gostos entre os consumidores. Desta forma, obteve uma curva espacial de demanda decrescente com a distância, em virtude dos acréscimos do custo de transporte.

³⁰ Por exemplo: seu caráter estático limitado à quantificação dos custos e lucros para a definição locacional ótima da produção em uma região; a ausência de progresso técnico incorporado nos modelos; a não variação dos custos de mão-de-obra; o pressuposto do perfeito conhecimento por parte dos agentes; o excessivo grau de importância dado ao custo de transporte na localização produtiva; o excesso de atenção ao papel das forças centrífugas em comparação às forças centrípetas; uma análise vaga sobre a estrutura do mercado e obscura quanto às restrições orçamentárias, confundindo, às vezes, as soluções de planejamento com os resultados de mercado; um caráter eminentemente descritivo (Teoria da Área Central); a ausência de captação, por parte dos modelos, dos fatores não econômicos, institucionais, sociais e culturais; a dificuldade no tratamento matemático dos fenômenos de aglomeração e desaglomeração produtiva, entre eles o fenômeno das externalidades, descrito, pela primeira vez, por Alfred Marshall; e a crença na alocação eficiente dos recursos e agentes pela “mão-invisível”, ocasionando um equilíbrio “walraso-paretiano” ótimo.

³¹ Para Vinner (1950) o multilateralismo aparece como sendo a melhor alternativa.

aproveitamento das vantagens comparativas regionais e conseqüente provisão de mercadorias, insumos e matérias-primas a um custo inferior³²; dos ganhos de escala oferecidos pela ampliação do mercado; e do aumento do fluxo de investimentos diretos promovidos pela integração, sejam de empresas pertencentes aos países do acordo ou mesmo empresas estrangeiras.

V.3.2. A Economia do Desenvolvimento

Na mesma época em que Vinner desenvolvia a sua teoria nascia um outro corpo de análise, de inspiração heterodoxa, preocupado com a questão do desenvolvimento econômico no espaço, que também traria elementos importantes para o debate – a Economia do Desenvolvimento tendo como principais expoentes François Perroux, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal.

Nas décadas de 1940 e 1950 François Perroux³³ desenvolveu na França o embrião da Economia do Desenvolvimento ao afirmar que o crescimento econômico não se manifesta de forma equânime no tempo e no espaço. Ocorre em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável, difundindo-se por meio de diferentes canais e promovendo multiformes efeitos terminais sobre o conjunto da economia³⁴. Neste processo, o autor destacou: o papel desempenhado pelas empresas líderes e as indústrias motrizes³⁵, que, ao reunirem num mesmo espaço geográfico atividades complementares, propiciam o surgimento de conjunturas cumulativas de ganhos e custos; a facilidade de transporte e comunicação entre as unidades empresariais aglomeradas que provoca um efeito de junção, aumentando, cumulativamente, a oferta e a procura, além de alargar o campo de possibilidades dos produtores locais e de provocar o aparecimento de novas atividades, que se inscrevem em “linhas e colunas” suplementares da matriz insumo-produto; e, os efeitos de intensificação das atividades econômicas, decorrente da proximidade e dos contatos humanos.³⁶

Perroux é o primeiro a trabalhar com o conceito de macrodecisão definindo-o como uma escolha intencional e economicamente racional de uma unidade dominante que utiliza-se do uso do poder, da força e da coação para tornar compatíveis os comportamentos

³² É importante destacar que na visão de Vinner só haverá vantagem na criação do bloco se as mercadorias e os insumos que passarem a ser importados de dentro do bloco, o forem a preços inferiores do que eram na situação anterior ao acordo. Caso isto não aconteça ocorrerá o fenômeno de desvio de comércio.

³³ Perroux (1967).

³⁴ Para Perroux (1967), o pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias destas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizem-se motrizes quando exercem efeitos de expansão, por intermédio de preços, fluxos ou informações, sobre outras unidades que com ela estão em relação.

³⁵ Uma indústria motriz é a que representa características da “moderna grande indústria” (divisão do trabalho, concentração do capital, mecanização).

³⁶ Para Perroux, uma indústria motriz que, ao aumentar a sua produção, gerasse um aumento muito maior nas outras indústrias pertencentes ao sistema econômico, era denominada de indústria-chave, e a combinação desta com as estruturas imperfeitas de mercado e aglomeração espacial poderia dar origem a pólos de crescimento, capazes de modificar de forma considerável a região em que está instalada. Adicionalmente, se um pólo de crescimento fosse suficientemente forte, poderia, inclusive, impactar toda a economia do país onde atuasse, efeito este potencializado pela existência de comunicação entre mais de um pólo de crescimento.

discordantes. Para isto, fundamenta-se em decisões, cálculos e opções sobre resultados futuros, baseados numa antecipação global das reações dos agentes em curso num meio de impacto e transmissão. Em última instância, portanto, as ações econômicas são reflexo de macrodecisões determinadas pela superestrutura, com toda a ação econômica sendo reflexo de alguma forma de poder. No específico ao Estado, este seria o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões.

No peculiar ao território nacional, para o autor este deve ser entendido enquanto uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas e regiões dependentes dos pólos geograficamente concentrados), com os primeiros induzindo nos segundos o fenômeno de crescimento. Assim, o efeito de dominação exercido por determinada unidade não é somente função da sua dimensão ou força contratual, mas, também, do seu enquadramento na zona ativa, refletindo a natureza da sua atividade no conjunto. Portanto, as empresas que se enquadram nas zonas ativas formada pelo conjunto das atividades de investimento acham-se aptas, caso preencham as condições necessárias, a desenvolverem um efeito de dominação por intermédio da força contratual, da dimensão e da natureza da atividade.

Neste ponto, todavia, torna-se importante destacar que Perroux é bem claro ao afirmar que a noção de pólo de desenvolvimento só tem valor a partir do momento em que este se torna um instrumento de análise rigoroso e um meio de ação política. Desta forma, na sua concepção, o crescimento e o desenvolvimento de um conjunto de territórios e populações só serão conseguidos através da coordenação/arbitragem consciente pelo Estado dos meios de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento, que através das empresas líderes e das indústrias motrizes acabariam por impactar a dinâmica econômica de outras regiões e de outras indústrias através da geração de economias externas, inovações, e uma “atmosfera” apropriada para o crescimento.

Albert Hirschman³⁷, procurando estudar os determinantes do desenvolvimento regional, recuperou e aprofundou a análise de Perroux sugerindo a concentração dos investimentos de modo desequilibrado em ramos industriais de maior rentabilidade e com maior poder de encadeamento na economia³⁸. Sua hipótese básica era de que o crescimento apresentava-se de forma descontínua no tempo e no espaço e os desequilíbrios constituíam poderosas engrenagens do desenvolvimento, com cada movimento da economia correspondendo a uma resposta a um desequilíbrio precedente. O desenvolvimento apresentar-se-ia, portanto, como o resultado final de uma série superações de desequilíbrios ou de avanços desiguais em diferentes setores.

Para respaldar sua hipótese, Hirschman desenvolveu um ferramental analítico instigante. Partiu do pressuposto de que o desenvolvimento ocorre em pontos definidos no espaço geográfico a partir dos quais emanam efeitos diversos — e muitas vezes antagônicos — para o conjunto da economia. Destacou a ocorrência de efeitos de polarização a partir do pólo sobre o restante do espaço geográfico, que através de forças centrípetas capturam os

³⁷ Hirschman (1958).

³⁸ Para compreender o debate que Hirschman travou com os teóricos do crescimento equilibrado, os marxistas e os neoclássicos, ler Hirschman (1981).

fatores produtivos de outras localidades/regiões, engendrando um caráter puntiforme ao desenvolvimento. De forma contraditória, haveria efeitos de transmissão do desenvolvimento para outras localidades/regiões apoiados na existência de um capital social básico, denominado de efeito de fluência, que agiria sob os auspícios das forças centrífugas. Ademais, introduziu os conceitos de efeitos de encadeamentos (a montante e a jusante), expressos nos elos retroativos e prospectivos, que vieram a se tornar a base para os estudos das cadeias produtivas.

Para Hirschman³⁹ o maior desafio imposto ao planejamento regional seria fazer com que o efeito polarização não prevalecesse sobre o efeito fluência de modo a garantir um desenvolvimento mais homogêneo no espaço. O planejamento estatal, portanto, aparece como mecanismo fundamental de correção das desigualdades locais e regionais. Contudo, o autor lança uma advertência. A preocupação em corrigir desequilíbrios pelo planejamento, sob pretexto de manter o crescimento equilibrado, pode destruir importantes mecanismos de crescimento que são o efeito indução e sinalização de mercado.

Hirschman contesta o desenvolvimento através de um grande impulso. Defende uma estratégia planejada de desenvolvimento para regiões deprimidas mediante investimentos em setores específicos, sinalizando para os agentes locais e regionais os elos não preenchidos da cadeia produtiva que podem ser ocupados pelas supostas reservas ocultas de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial. Na sua hipótese o investimento ou incentivo, pelo Estado, ao desenvolvimento das indústrias motrizes geram efeitos encadeadores, tanto nos elos retroativos quanto nos prospectivos da cadeia produtiva, mas é enfático ao destacar que os empresários potenciais somente se lançam em novos empreendimentos sob condições especiais, altas taxas de lucro ou por esforços concentrados e dirigidos.

A análise de Gunnar Myrdal⁴⁰ caminhou paralelamente à teoria de Hirschman. Myrdal identificou o princípio da causação circular cumulativa, refutando a tese de que a economia se move espontaneamente entre forças na direção de um estado de equilíbrio. Pelo contrário, as forças do sistema tendem a reforçar o impulso inicial afastando o sistema da situação de equilíbrio. Assim, enquanto o processo cumulativo não for controlado, as desigualdades regionais tendem a se alastrar, inclusive pela gestação de “efeitos regressivos” oriundos da região dinâmica sobre a região periférica ao captar desta seus principais fatores.

Para Myrdal, portanto, nos países subdesenvolvidos é vital a implantação de uma política nacional de desenvolvimento conduzida pelo Estado que de maneira nenhuma seja construída sob os termos da relação custo/lucro privado. O Estado, por intermédio das políticas públicas, deve intervir controlando os “efeitos regressivos” e promovendo a gestação de “efeitos propulsores” para que todo o processo virtuoso de crescimento de uma região seja transmitida para a região periférica, desse modo, promovendo uma distribuição mais equitativa do desenvolvimento no espaço. Deve-se deixar claro que, para o autor, o planejamento estatal não tolhe as iniciativas privadas, pelo contrário, abre-lhes mais espaços de atuação.

³⁹ Hirschman (1958).

⁴⁰ Myrdal (1972).

V.3.3. O debate sobre a integração na América Latina

Em que pese o desenvolvimento de todo este instrumental analítico, importante para analisar a questão da integração produtiva, a Economia do Desenvolvimento não desenvolveu nenhuma análise específica a respeito da integração produtiva entre países. Esta análise foi feita pela escola estruturalista da CEPAL.

Os estruturalistas latino-americanos iniciam esta discussão recuperando a questão da importância do aumento da eficiência produtiva intra-regional derivada de uma divisão interna do trabalho e da exploração das economias de escala desenvolvidas inicialmente por Jacob Vinner, a partir de suas propostas de integração regional como sendo a alternativa adequada para dar continuidade ao processo de industrialização por substituição de importações na América Latina nos idos da década de 1950 e 1960.

Tendo como pano de fundo do debate a oposição centro-periferia, a inflação estrutural, a escassez de capital e de tecnologia, a deterioração dos termos de troca, a restrição externa e os desequilíbrios nos balança de pagamentos, os estruturalistas partiam em suas análises da constatação de que o tamanho do mercado nos países latino-americanos era um fator limitativo para a continuidade do processo de industrialização. Assim, ao invés dos países do continente tentarem implementar todo um parque industrial complexo, os estruturalistas acreditavam que com cada país se especializando na implementação das indústrias que julgassem mais convenientes⁴¹ – a partir da dotação de recursos naturais e da aptidão da população –, a integração regional e a complementaridade produtiva entre os países do continente poderiam servir de estímulo à continuidade do processo de substituição de importações, uma vez que importações antes vindas de outras partes do mundo estariam agora sendo supridas regionalmente⁴².

Destarte, ao mesmo tempo em que acreditavam na necessidade de proteção da indústria nascente, os estruturalistas viam na integração regional um importante ponto de apoio para a continuidade do processo de industrialização por substituição de importações, e para a re colocação dos países latino-americanos em uma nova posição frente à divisão internacional do trabalho e superação do subdesenvolvimento⁴³.

A idéia era basicamente, em paralelo com o adensamento da integração intra-regional que visava à criação de um espaço econômico cada vez mais autárquico, promover uma modificação na pauta de exportações dos países latino-americanos para o resto do mundo, através da diversificação dos bens cambiados e pela venda de produtos com maior valor agregado. Isto aconteceria por meio da incorporação de novas tecnologias na produção e pela abertura dos mercados dos países desenvolvidos à produção manufatureira da periferia. Além disso, a união política dos países acabaria dando força para que juntos pudessem pressionar os países desenvolvidos e as instituições multinacionais em favor de termos de trocas mais favoráveis às regiões periféricas. Portanto, dentro desta estratégia era

⁴¹ A idéia desenvolvida para a CEPAL não se distanciava muito do Modelo Ricardiano ou do Modelo de Heckscher-Olhin. A diferença é que a visão da CEPAL se aplicava à escala regional.

⁴² CEPAL (1959).

⁴³ Foi esta postura da CEPAL que influenciou em 1960 a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), sendo posteriormente substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

fundamental o estabelecimento de uma política externa comum frente aos países desenvolvidos e as instituições financeiras internacionais⁴⁴.

A teoria estruturalista foi muito importante enquanto balizadora das estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos no correr da Era de Ouro. Contudo, a crise da década de 1970 ao mesmo tempo em que colocou em xeque o paradigma de desenvolvimento baseado no sistema industrial moderno colocou em xeque a teoria estruturalista e o programa de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações com alto intervencionismo estatal, principalmente em decorrência da crise da dívida dos países latino-americanos.

A CEPAL a partir de então foi fortemente influenciada pelos desígnios do pós-Consenso de Washington. No ano de 1989 em um amplo seminário realizado pelo International Institute for Economy, na cidade de Washington, economistas do FMI, Banco Mundial, do congresso e do governo dos Estados Unidos, além de representantes de toda a América Latina, procuraram discutir o problema da “década perdida” na região, que se expressava em baixos níveis de crescimento, inflação crescente e elevados níveis de endividamento externo com possível default. Como conseqüência da reunião foi sugerido um amplo programa de políticas e de reformas, pautadas pelos ideais de eficiência, competitividade e equilíbrio macroeconômico, denominadas a partir de então de Consenso de Washington, que os países do continente deveriam adotar para a retomada do caminho do crescimento: equilíbrio monetário com controle da inflação; equilíbrio das finanças públicas; privatização das empresas estatais e dos serviços públicos; autolimitação do Estado para manter-se forte e democrático; desenvolvimento do federalismo competitivo; limitação da participação política por meio da subtração das decisões administrativas do controle político; “desregulamentação”, ou antes, um novo quadro legal capaz de minimizar a interferência do setor público sobre o setor privado; desmantelamento das redes de proteção social; desregulamentação dos mercados de trabalho; quebra do poder dos sindicatos e das associações, por meio da restauração da “taxa natural de desemprego”; diminuição da carga tributária, sobretudo sobre os produtores; aumento da poupança interna; abertura comercial; manutenção de taxas de câmbio competitivas para incentivar as exportações; abertura financeira; atração de poupança externa; atração de investimento estrangeiro direto; e, garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, principalmente nas zonas de fronteira tecnológica e dos novos serviços.

Este programa logrou ampla aceitação pelos governos da América Latina em função do ambiente interno abalado pela crise da dívida; da confirmação no plano geopolítico da hegemonia econômico-financeira dos Estados Unidos em nível mundial, com final da Guerra Fria⁴⁵ e com a Guerra do Golfo⁴⁶; e, do fato do FMI e do Banco Mundial terem

⁴⁴ Grande parte destas idéias acabou dando origem à criação da UNCTAD, e subsidiaram as discussões do Grupo dos 77 que foi extremamente ativa até os anos de 1980.

⁴⁵ O regime soviético desde o início da década de 1980 já dava claros sinais de que estava entrando em colapso. Em 1983 o Projeto Guerra nas Estrelas do Estados Unidos limitou a capacidade de reação bélica da União Soviética. Posteriormente, a Perestroika e a Glasnot fracassaram. Seguindo o processo, em 1989 houve a queda do Muro de Berlim, que marcou a reunificação alemã. Finalmente, o ano de 1991 marcou a desintegração da União Soviética.

⁴⁶ Tavares e Melin (1997: 55).

passado a condicionarem os seus empréstimos à adoção das políticas e reformas do consenso.

Entretanto, em que pese à adoção quase que indiscriminada do receituário proposto, este amplo programa de reformas e políticas teve um efeito final pífio no que tange a retomada do crescimento econômico na região. Assim, a década de 1990 continuou a trajetória de estagnação iniciada na década anterior acabando batizada de “segunda década perdida”, o que provocou inevitavelmente uma revisão da agenda das políticas e reformas. É desta revisão que surgiu o pós-Consenso de Washington.

O pós-consenso dizia que o fracasso do consenso estava nas “assimetrias informacionais”, na “corrupção” e nas “instituições fracas” dos países subdesenvolvidos. Assim, o novo programa, favorecido por uma nova onda de liquidez internacional durante a década de 1990, dizia que as reformas iniciais do primeiro consenso deveriam ser aprofundadas. Entretanto, somente as reformas macroeconômicas não eram suficientes para colocar os países no caminho da prosperidade, em paralelo deveria ser montado um novo quadro institucional, por meio de instituições “mais fortes” e eficazes, para complementar as mudanças necessárias nas políticas econômicas. Desta forma, esta “segunda geração” de reformas deveria criar um novo quadro institucional por meio do: fortalecimento da capacidade de arrecadação, sobretudo por meio da reforma da previdência; realização das privatizações mais “difíceis”; reforma do Estado; melhoria dos serviços públicos; reforma educacional; reforma da legislação trabalhista; aprimoramento do sistema judicial; independência do Banco Central; um novo quadro regulatório para o mercado financeiro; um novo quadro regulatório para o mercado em geral, garantindo o amplo funcionamento da concorrência; desenvolvimento de parcerias públicas-privadas; descentralização federativa; e construção de um arcabouço institucional adequado para dar as comunidades locais à capacidade de autodeterminação, ou seja, a construção de uma capacidade governança local.

Tentando se adaptar aos novos tempos, a CEPAL buscou atualizar sua visão das perspectivas do desenvolvimento da região. Estas revisões teóricas acabam dando subsídios para a formulação de uma nova visão de mundo, um “novo estruturalismo”, que passou a defender como bandeira para a América-Latina a implementação do “regionalismo aberto”, fundamentado basicamente em programas de abertura comercial que tem como objetivo principal inserir as economias latino-americanas no processo de globalização de maneira competitiva e que sirvam, ao mesmo tempo, como mecanismo de defesa de modo a compensar os custos de um isolamento econômico derivado da formação de blocos econômicos entre os países desenvolvidos, em um mundo mais fragmentado no qual predomine o livre comércio dentro desses grupos e um comércio mais administrado entre eles e os demais países⁴⁷.

Por intermédio deste Novo Regionalismo a CEPAL tem pregado uma crescente integração dos países da região, porém não mais dentro do desiderato antigo de promoção de um processo de industrialização por substituição de importações pautada pelo Estado, mas sim através da crescente participação dos agentes privados da região, o que seria, portanto, na visão atual da instituição o caminho correto para a busca do crescimento econômico com equidade social, na medida em que esta estratégia contemplaria a criação de um complexo

⁴⁷ CEPAL (1994).

de relações interindustriais através de uma maior difusão tecnológica, desverticalização das empresas, diminuição dos custos de transação, maior eficiência produtiva, melhoria nas expectativas dos agentes e intensificação dos investimentos. Trata-se, portanto, de uma estratégia que busca romper com quatro fatores que impossibilitariam a América Latina de lograr crescimento com equidade social: o perfil das exportações concentradas em commodities; a industrialização restrita ao mercado interno; o consumo conspicuo das elites; e, o baixo dinamismo do setor industrial, seja este público ou privado⁴⁸.

Essa nova realidade — de inúmeras e distintas maneiras — também condicionou a mudança de postura das agências multilaterais e o debate sobre a integração regional. ⁴⁹

Visando garantir a continuidade deste processo virtuoso, caberia ao Estado o estímulo aos acordos setoriais e a criação das condições adequadas para um maior intercâmbio produtivo. A integração regional não seria vista enquanto um fim em si mesma. Seria entendida como uma ferramenta adicional de política que visaria promover o crescimento econômico sustentado em paralelo com uma melhora nos indicadores de inclusão social. Neste sentido, o esse ‘Novo Regionalismo’ seria parte integrante das reformas que vêm ocorrendo na América Latina desde meados dos anos oitenta, e que tem como características estratégicas centrais a abertura aos mercados mundiais, a promoção da iniciativa privada e a retirada por parte do Estado das atividades econômicas diretas em favor do direcionamento de sua atuação para os campos da fiscalização, promoção e proteção social.

Diferente do “velho regionalismo”, que visava à construção de sistemas econômicos autóctones na região, esta nova modalidade de inserção externa está centrada na atração de investimentos estrangeiros diretos capazes de conferirem as economias da região o atributo da competitividade a partir do potencial regional em termos de recursos humanos e naturais. Neste contexto, a integração regional é vista como elemento basilar para o desenvolvimento sustentado das economias latino-americanas sendo reflexo por um lado de avanços institucionais e por outro da construção das condições físicas adequadas para que efetivamente o processo de integração avance. Assim, apesar das reformas institucionais serem vistas como fundamentais para o andamento do processo, necessitam serem acompanhadas de outras ações que liberem obstáculos cruciais para a integração. É neste ponto que diversos países e agências unem esforços para criar um projeto amplo de investimento em infra-estruturas econômicas capazes de promoverem a integração econômica da região ao mesmo tempo em que derivado desta integração lancem um novo impulso para o desenvolvimento regional. A partir daí espera-se que os corredores consolidados de integração acabem se convertendo em verdadeiros eixos de integração e desenvolvimento, contribuindo para uma reorientação da organização territorial na região.

Desta forma, o Banco Interamericano (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) têm dado total apoio à IIRSA, na medida que a iniciativa tem projetado ações em perfeita sintonia com esta visão mais ampla, ao procurar impulsionar uma maior coordenação dos planos de desenvolvimento de infra-estruturas e a melhoria dos sistemas regulatórios dos setores de

⁴⁸ Fajnzylber (1998).

⁴⁹ Acerca da visão do BID sobre o Novo Regionalismo ver: BID (2000), Devlin e Estevadeorval (2001), BID (2003) e Tanzi (2005).

energia e telecomunicações, dos mercados de serviços logísticos como fretes, seguros, armazenamentos, e dos trâmites burocráticos, procurando, desta forma, criar um sistema produtivo cada vez mais integrado e de caráter supranacional, que serviria além de estímulo ao desenvolvimento das empresas regionais, no âmbito da competição global e deste Novo Regionalismo, como fator de atração para investimentos estrangeiros diretos e de proteção para as economias regionais de flutuações cíclicas nos mercados internacionais.

V.4. Considerações Finais

A questão da integração econômica dos países da América Latina remonta a meados do século passado quando a integração regional era vista enquanto parte de uma estratégia de desenvolvimento que buscava a criação de sistemas econômicos autóctones na região, por intermédio do processo de industrialização por substituição de importações. A crise mundial da década de 1970 e a “Crise da Dívida” do início dos anos 1980 colocaram a integração regional ao largo do debate. Esta questão somente volta à tona, com intensidade, a partir da segunda metade dos anos 1980, e principalmente na década de 1990, enquanto parte de uma nova estratégia de inserção competitiva dos países da região no bojo processo de globalização.

A resposta dos países Sul-americanos aos problemas macroeconômicos dos anos oitenta e especialmente ao novo cenário internacional, marcado pela globalização dos mercados financeiros e pelo crescimento do comércio mundial, acabaria por introduzir um componente radicalmente novo aos processos de integração. De um lado, com ritmos variados, muitos países empreenderam reformas estruturais importantes, com abertura das economias ao comércio exterior, redução do papel do estado e desregulamentação de mercados; de outro se fortaleceram estratégias de acordos comerciais sub-regionais que buscavam situar estes países em posições mais vantajosas no fluxo de investimentos diretos estrangeiros ou que viessem a facilitar as negociações com outros blocos econômicos em formação.

Esta nova realidade foi sendo caracterizada como o ‘Novo Regionalismo’ Latino-americano ou como ‘Regionalismo Aberto’, com dois aspectos centrais: uma forte redução do grau de proteção tarifária e crescimento expressivo do fluxo de comércio – notadamente das importações – com o resto do mundo, no contexto de inúmeros acordos bilaterais de liberalização de comércio, das novas negociações multilaterais sobre o comércio internacional e da constituição da Organização Mundial do Comércio; em segundo lugar, um crescimento ainda mais expressivo do fluxo de comércio intra-regional, ampliando a interdependência entre muitos países, fato especialmente estimulado pela constituição do Mercosul e pela consolidação da Comunidade Andina.

Neste novo quadro econômico, a integração Latino-americana correspondeu a que alguns analistas consideram um dos elementos da estratégia de abertura comercial, que se iniciou por uma redução unilateral das barreiras tarifárias, avançou em conjunto com as negociações multilaterais de comércio e encontrou na integração regional um complemento, que reforçou a estratégia de aumento da competitividade, via redução da proteção efetiva e dos custos de insumos e aumento do coeficiente importado. O conjunto do processo de abertura teve custos elevados e foi fortemente assimétrico em termos setoriais, além de conviver com desafios de agendas múltiplas, nem sempre conciliáveis, de negociações bilaterais, negociações multilaterais e negociações intrabloco econômicos.

Em alguns casos as reações negativas estancaram o processo de abertura ou implicaram em redução relativa da produção doméstica. As críticas mais duras caracterizaram este processo como de regressão seletiva da estrutura produtiva.

Mas é inegável que a produtividade média se elevou e que em muitos casos as novas oportunidades de inserção no comércio internacional mais que compensaram as perdas. Reconhece-se o papel positivo de uma tendência de políticas orientadas a incentivar a integração de cadeias produtivas, buscando o aumento do conteúdo de valor agregado, o fortalecimento dos encadeamentos produtivos (para trás e para frente), a diversificação do tecido produtivo ou a criação de novos setores.

O mais importante fato a constatar, em termos da agenda da integração Sul-americana, foi o excelente desempenho do comércio interno a região. Esta pauta de comércio revela uma estrutura mais diversificada e maior participação de bens manufaturados, reforçando tanto efeitos de especialização ou de aumento de economias de escala, através do comércio intra-industrial, do investimento e do movimento de fatores de produção entre países. Muitas empresas estão reorientando seu comércio, seus investimentos e suas alianças estratégicas para explorar esses mercados regionais. Geram-se efeitos dinâmicos que contribuem para que as economias nacionais possam se posicionar melhor no contexto da globalização.

O reforço da integração produtiva no contexto deste novo regionalismo ganha assim uma expressão bem mais concreta e relevante para as estratégias de desenvolvimento da região. Transforma-se numa ferramenta para alcançar um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento, ao capturar os efeitos dinâmicos das transformações geradas pelos acordos regionais.

Conceitualmente, Integração Produtiva pode ser definida como o processo de formação de um mercado regional preferencial e mais amplo, que se beneficia da diversificação das exportações intrabloco e para o conjunto da economia internacional, do aumento das economias de escala e da maior especialização, movido pela reorientação das estratégias empresariais (nacionais ou estrangeiras) que buscam explorar estes mercados ou as novas oportunidades do comércio internacional, através da: integração de cadeias produtivas; aumento do conteúdo de valor agregado; fortalecimento dos encadeamentos produtivos (para trás e para frente); e diversificação do tecido produtivo ou criação de novos setores.

O efeito essencial para o desenvolvimento é a elevação da produtividade. Este aumento é sempre possível quando a cooperação inter-regional produz resultados que não podem ser alcançados pelas nações isoladamente (por efeitos de escala, eficiência e/ou redução de custos de produção). Em termos regionais isto pressupõe que os ganhos derivados do aumento do comércio não se concentrem em países exportadores e não sejam meros substitutos do comércio com terceiros países que produzam com custos menores.

A agenda dos processos de integração produtiva — ou seja, o aumento da interdependência econômica — pode avançar na medida em que se reduzem as barreiras ao comércio inter-regional. Fica claro este processo pressupõe um conjunto amplo de ações que vão além dos acordos comerciais e/ou das uniões aduaneiras, por exemplo: a redução de barreiras não tarifárias; a melhoria do quadro institucional; a compatibilidade dos regimes macroeconômicos; etc. Especialmente importante é a adequação da infra-estrutura regional. As limitações na dotação de infra-estrutura podem se colocar como obstáculos a integração.

Infra-estrutura econômica é um conceito amplo, relativamente novo na literatura e reconhecidamente de difícil tratamento, quer pela sua heterogeneidade, quer pela natureza complexa de suas relações com a atividade econômica, embora se reconheça que é um determinante fundamental do crescimento, e especialmente um elemento decisivo dos processos de integração produtiva.⁵⁰

A infra-estrutura limita ou potencializa a integração produtiva fundamentalmente porque aproxima espaços econômicos distintos e amplia a dimensão dos mercados, ao reduzir as barreiras ao comércio. Seus efeitos mais visíveis podem ser sintetizados da seguinte forma: redução de custos de transportes e de comunicação; redução de custos de transação e economia de tempo. Os efeitos agregados da dotação de uma infra-estrutura mais eficaz são: ampliação dos mercados; possibilidades de maior especialização da produção; possibilidades de ampliação de escalas; ganhos de eficiência derivados de melhores localizações da produção e melhores aproveitamentos dos recursos; em síntese aumento da produtividade.

A integração econômica passou a fazer parte da agenda não só dos países do continente, mas de diversas instituições multilaterais e empresas. Finalmente, visando dar uma maior amplitude a esta integração, os países da América do Sul no ano de 2000 instituíram a IIRSA, um foro de caráter multisetorial, com mecanismos de coordenação de governos, instituições multilaterais e setor privado, criado por ocasião da Reunião dos Presidentes da América do Sul realizada no mês de agosto de 2000 na cidade de Brasília, que tem como finalidade promover a integração física por meio de projetos infra-estruturais (transporte, energia e telecomunicações) entre os países do continente.

A partir desta iniciativa, a integração econômica regional, vista até então principalmente pela ótica da integração comercial, ganha uma nova dimensão com os países da região buscando a integração produtiva das suas economias. A integração produtiva, que tem por objetivo criar mecanismos de inserção competitiva dos países da região no mercado mundial, é entendida como um processo continuado de adensamento dos fluxos produtivos e comerciais, resultante do processo de formação de um mercado regional preferencial mais amplo, muitas vezes reflexo de investimentos intra-regionais setoriais cruzados que busquem agregação de valor, complementaridades produtivas e novas oportunidades no comércio mundial; ou de complementaridades derivadas de especializações produtivas advindas de dotações especiais de fatores e/ou da perspectiva de aproveitamento de economias de escala.

No bojo deste processo, tem de se ter em mente que a criação destes eixos de integração e desenvolvimento no âmbito da América do Sul, pleiteados pela IIRSA, devem ser encarados não como meros corredores de exportação, em uma visão ricardiana de mundo, mas como instrumentos de endogeneização progressiva do progresso técnico, articulando a economias destes países por intermédio de um processo continuado de homogeneização estrutural. Assim, a maior eficiência produtiva das estruturas produtivas destes países certamente vai acabar indo a reboque do sucesso que as estratégias de desenvolvimento de complementaridades produtivas e encadeamentos produtivos logrará ter, tanto a jusante quanto a montante. Finalmente, ao lado dos incentivos que deverão ser dados aos setores exportadores, é fundamental o desenho de um conjunto de políticas e ações que permitam o

⁵⁰ Ver Tanzi, 2005 e Prud'homme, 2004.

encadeamento produtivo entre as estruturas produtivas dos países da região que sirva ao mesmo tempo enquanto efeito de sinalização e empuxo para as ações da iniciativa privada.

V.5. Bibliografia

- AGOSIN, M.; ALVAREZ, R. *Le conviene a los países de América Latina adherirse al NAFTA?*. Pensamiento iberoamericano, N° 26, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, julio-diciembre, 1994.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *Prefácio à Edição Brasileira*. In.: HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BID. *Integración regional*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, agosto de 2003.
- BID. *Un Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura Regional en América do Sur*. Banco Interamericano de Desarrollo, diciembre de 2000.
- BID/CEPAL. *La liberalización del comercio en el hemisferio occidental*, Washington, D.C, 1995. (mimeo.).
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOUZAS, R. *La agenda económica del Mercosur: desafíos de política a corto y mediano plazo*. Serie Documentos e informes de investigación, No 194, Buenos Aires, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO): noviembre, 1995.
- BOYER, R. *Capitalismes fin de siècle*. P.U.F. Paris, 1986.
- CASTELLS, M. e HALL, P. *Las tecnópolis del mundo: la formación de los complejos industriales del siglo XXI*. Madrid e Londres. Alianza Editorial, 1993.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (2004a): *Desarrollo productivo en economías abiertas*, LC/G.2234(SES.30/3), Santiago de Chile.
- CEPAL. 1959. *A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina*. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000
- CEPAL. *A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina*. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2000a.
- CEPAL. *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*. Publicación de las Naciones Unidas, No. de venta: S.95.11.G.6. Santiago de Chile, marzo de 1995.
- CEPAL. *El Mercado Común Latinoamericano*. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: S.59.11.G.4. Santiago de Chile, 1959.
- CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Publicación de las Naciones Unidas, No de venta: S.94.11.G.3. Santiago de Chile, marzo de 1994.
- CEPAL. *O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade*. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2000c.
- CEPAL. *Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe*. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2000b.
- CHUNDNOVSKY, D.; PORTA, F.. *Antes y después de la unión aduanera del Mercosur: prioridades de política*. Documento presentado en la primera Conferencia Industrial Argentina, Iguazú, septiembre de 1995.
- CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CRIAS – Comitê das Rotas de Integração da América do Sul. *Reunião do Comitê das Rotas de Integração da América do Sul na Sede da Associação Latino Americana de Integração*. Uruguai: Montevideu, 27 de março de 2003.

- DEVLIN, R.; GARAY, L.J. *De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos del ACCA. Contribuciones*, año 13, N° 4(52): Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano (CIEDLA): octubre-diciembre de 1996.
- DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni. *Que hay de Nuevo en el Nuevo Regionalismo de las Américas?* Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.
- DI FILIPPO, A. Regionalismo abierto y empresas latinoamericanas. *Pensamiento iberoamericano*, No 26, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, julio-diciembre de 1994.
- DOCUMENTO Preparatório da IX Cúpula das Mercocidades. Montevideú, setembro de 2003.
- DOMINGUES, Edson Paulo; RUIZ Ricardo Machado. *Os Desafios ao Desenvolvimento Regional Brasileiro*. Cienc. Cult. vol.58 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006.
- FAZJNYLBER, Fernando. *Indsutrialización em América Latina: de la “Caja Negra al Casillero Vacío”*. In.: Cicuenta Años de Pensamiento em la CEPAL. Textos Seleccionados, volume 2. CEPAL: Santiago, 1998.
- FERNÁNDEZ, R.; GONZÁLES, G. *La coordinación de políticas macroeconómicas y el Mercosur. Contribuciones*, año 13, N° 4(52): Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano (CIEDLA): octubre-diciembre de 1996.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. *As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia*. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA; Carlos Maurício de C.; BOISIER, Sérgio; ANDRADE, Thompson Almeida. *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 1989b.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. *Espaço, Regiões e Economia Regional*. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA; Carlos Maurício de C.; BOISIER, Sérgio; ANDRADE, Thompson Almeida. *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 1989a.
- FIORI, José Luís. *A Globalização e a “Novíssima Dependência”*. Texto para Discussão nº 343. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The rise and decline of development economics*. In *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge University Press, 1981.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press, 1958.
- BID, Más allá de las fronteras: El nuevo regionalismo en América Latina, Informe 2002, Washington, D.C., 2002.
- KRUGMAN, Paul; FUJITA, Masahisa; VENABLES, Anthony J. *Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo*. São Paulo: Futura, 2002.
- LESSA, Carlos. *“Globalização, crise, alguma esperança?”* Econômica Vol. I, nº II, dezembro de 1999. Brasileira. Campinas: Papyrus, 1993.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural: 1983.
- McGROW, Anthony G. *Conceptualizing global politics*. In.: McGROW, Anthony G.; LEWIS, Paul G. (eds.). *Global politics*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- MORET, Artur de Souza. *IIRSA Modelo de Intervenção! Navegação ao Desenvolvimento?* Fórum de Debates sobre Energia de Rondônia – FOREN/GT Energia (s/d). Extraído do sítio: www.riosvivos.org.br em 01.05.06.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. London, 1972.

- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.
- PRADO, Luis Carlos Delorme. *Globalização: Notas sobre um conceito controverso*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. (mimeo.).
- PROSPECTIVA. *Integração Regional na América Latina: o “processo real” e a visão da Aliança Social Continental*. Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais – PROSPECTIVA. São Paulo, agosto de 2005.
- PRUD'HOMME, REMY. "Infrastructure and Development". Paper prepared for the Annual Bank Conference on Development Economics. World Bank. May, 2004.
- PYKE, F.; SENGENBERGER, W. *Industrial districts and local economic regeneration*. International Institute for Labour Studies, 1993.
- SUNKEL, Osvaldo. *Desarrollo e integración regional: ¿otra oportunidad para una promesa incumplida?* Revista de la CEPAL N° Extraordinario, octubre 1998.
- TANZI, Vito. *Building Regional Infrastructure in Latin America*. Buenos Aires: IDB-INTAL, abril de 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição; GOMES, Gerson. *Cepal Cinqüenta Años: Reflexiones sobre América Latina y el Caribe*. Revista de la CEPAL N° Extraordinario, octubre 1998.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madri: Ediciones Pirámide, 1998.
- VELASCO, Eliana Beatriz Donoso. *Componente Tecnológico do Padrão de Comércio Intra-Mercosul: um estudo do comércio intra-setorial entre o Brasil e a Argentina na década de noventa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2001.
- VINNER, Jacob. *The Customs Union Issue*. Carnegie Endowment for International. New York: Peace. 1950.